

INTERESSE PÚBLICO NA PROSSECUÇÃO DOS NOVOS DESAFIOS SOCIETAIS

Intervenção da Secretária de Estado do Ambiente, Inês dos Santos Costa, na sessão sobre política de integridade da Águas de Portugal

Lisboa, 17 de Dezembro de 2021

Exmo Senhor Presidente Executivo da Caixa Geral de Depósitos, Paulo Macedo,

Exmo Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes

Exmo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e caro colega, Miguel Cruz

Exmo Senhor Presidente da PARPÚBLICA, Jaime Andrez

Exmo Senhor Presidente do Conselho de Administração das Águas de Portugal, José Furtado,

Exmos Senhores e Senhora do Conselho de Ética que hoje toma posse,

Senhoras e Senhores,

Esta semana tive a oportunidade de participar num Podcast do jornal Expresso que aborda os temas da sustentabilidade e ética. O tema do episódio em que participei era dedicado aos empregos verdes, passado, presente e futuro.

Como normalmente costumo fazer, dediquei algum tempo prévio a refletir sobre o assunto, para lá do que tipicamente se costuma falar – como os empregos ou competências associadas à transição energética ou à digitalização. Pensei naquilo que, sabendo o que sei hoje, gostaria de ver refletido com maior predominância no diálogo com terceiros, para que, de facto, se consiga convergir para um modelo de desenvolvimento mais são, que respeite os limites biofísicos do planeta sem deixar ninguém para trás.

Cheguei a três aspetos principais que entendo ser necessários: 1) o pensamento ou design sistémico, ou seja, a capacidade de olhar para um problema mas também para

contexto que o circunscreve, o natural e o antropogénico, e saber antecipar os efeitos em cascata de determinadas decisões; 2) o ser empático, ter a capacidade de reconhecer a perspetiva do outro e saber partilhar com outros, fomentando a confiança e reforçando a colaboração; e 3) o cuidar – o colher, o transportar, o arranjar, o tratar, o regenerar – algo que é central na filosofia do serviço essencial de ambiente.

Os desafios que enfrentamos estão carentes de pessoas, de instituições que cultivem estas características.

Porque, infelizmente, o pensamento em “silo” ainda predomina na abordagem a esses desafios: o “é preciso crescer primeiro, tratamos do ambiente depois” ou o “não é oportuno, talvez mais tarde”, ou “só representamos 0,2% das emissões globais”.

É por essa razão, também, que tendencialmente desvalorizamos a importância dos serviços essenciais de ambiente e da sua importância na competitividade e resiliência da economia e da sociedade, já para não falar das políticas de descarbonização, de valorização do território e de uma economia mais circular. Isto porque, apesar de todos concordarem que o “ambiente é transversal”, quando é chegada a altura de assumir essa transversalidade com medidas concretas, lá aparece o inevitável “agora não é oportuno”.

Só que, perante as crises estruturais – já não conjeturais – que hoje atravessamos, deixar passar a oportunidade apenas significa que nos vai custar muito mais daqui por muito pouco tempo, porque ninguém irá admitir a possibilidade de diluir objetivos de proteção ambiental ou social de todos para que alguns possam permanecer competitivos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É inegável o salto gigante que demos em 30 anos no que ao ciclo urbano da água diz respeito. Ultrapassámos esse desafio societal, ir de 28% a 85% de taxa de saneamento, de água segura de 50 para 98,9%. Com uma abordagem integrada, que valoriza o território, o recurso, as pessoas e as empresas, em torno de um interesse público.



Todo este esforço de investimento repercutiu-se em vantagens claramente superiores nas condições de bem-estar dos cidadãos, por um lado, mas também com impactos positivos na economia e na saúde, por exemplo. Portanto, de todas as vezes que pensamos no quanto custa ter serviços essenciais de ambiente de qualidade, como este, na verdade não são tanto de custos que estamos a falar, mas sim de um investimento que gera múltiplos retornos que nem sempre são contabilizados na altura de decidir.

A verdade é esta: **por cada 1€ investido nos serviços essenciais de ambiente, geram-se 9€ de poupanças em despesas de saúde e 6€ em benefícios económicos diretos**, já para não falar em recursos humanos qualificados, soluções tecnológicas e de construção inovadoras, de projeção e reconhecimento internacional.

Hoje tomamos os serviços de ambiente como algo adquirido, quando devia ser algo bem mais valorizado. E, dessa forma, quase como que aceitamos que se pressione esses serviços para lá do razoável, para que seja possível determinadas opções de atividade económica numa região ou país. Mas isso só resulta durante um tempo: a certa altura, esses serviços essenciais – e a palavra forte aqui é essencial – acabam por sucumbir à sua depreciação financeira e de valor, que se converte em mais perdas, mais falhas em manutenções, equipamentos ou recursos humanos.

E é por isso que, cada vez mais, não podemos aceitar quem não zele pelo interesse público, que também é a saúde destes serviços. Não podemos aceitar promotores sem a visão sistémica que precisamos, a que falei há pouco, que não cuide em pensar a pressão que o seu projeto terá sobre o território, seja nas condições ambientais como nos seus serviços. Menos do que isso é fazer um desserviço à comunidade onde o mesmo se pretende instalar, e ao país.

E para isso precisamos de exemplos, de lideranças fortes que entendam a dimensão deste desafio, que o internalizem e assumam a sua quota parte no processo de transformação, ao invés de o externalizar para o resto da sociedade. E isso passa por não ter receio de novas ideias, de ouvir o que 85% dos portugueses disseram ser fundamental – a mudança de comportamentos – que é também necessária nas instituições privadas além das públicas e que o financiamento também tem de servir

o propósito dessa transformação interna e não apenas para o fim de linha do tratamento, ou exportação ou eficiência produtiva. A redução, a servitização, a reparação, a reutilização, a remanufactura, o design para zero desperdício, os gases e energias renováveis, a compostagem, a procura de uma regeneração ativa dos ecossistemas... tudo isto pode representar vantagens competitivas e melhor serviço aos cidadãos se for encarado como algo valorizável e valorizado, social e economicamente.

É um trabalho difícil, para ser totalmente honesta convosco. Mas necessário.

Os desafios que enfrentamos são sistémicos e profundamente humanos. Ultrapassar esses desafios exige verdadeiras missões – *a la* Mariana Mazzucato – de interesse público. E para isso, não podemos olhar para os serviços que diretamente contribuem para essas missões como uma máquina gerida por modelos matemáticos e pelos critérios mínimos, e esperar resultados superlativos.

Isso poderá ter resultado no passado, mas com um sistema natural e social comprometido, essa possibilidade afasta-se cada vez mais da realidade.

Este é o momento para virar a página do que fomos e do que podíamos ter sido, e trabalhar em conjunto para o que queremos ser. Os desafios são gigantes, e demasiado sérios para perdermos tempo a usar estes temas como argumentos de esgrima política. Há tecnologias disponíveis. Há práticas vencedoras. Há comboios que não vão parar. E há pessoas que não querem só mudança, querem também mudar para que todos, mesmo todos, possamos prosperar. E isso é interesse público.

Muito obrigada.